

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Prezados Senhores

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, submete-se este Relatório da Administração, que demonstra as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2011, acompanhado dos Pareceres dos Auditores Externos, Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração para a apreciação dos Senhores Acionistas.

A Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966 com o objetivo básico de fornecer melhor qualidade de vida e saúde à população com a preservação dos recursos hídricos.

Passados 45 anos, a Companhia se mantém fiel ao objetivo traçado, como braço estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao lado da Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS, executando políticas públicas de saneamento básico.

O marco regulatório do saneamento básico, no Brasil, foi institucionalizado pela Lei nº 11.445/07 e a partir daí, cada vez mais, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da SEHABS e da CORSAN vem fortalecendo as implantações técnicas de planejamento e gestão corporativa, proporcionando uma série de melhorias e expandindo os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No Rio Grande do Sul, a CORSAN mantém contratos de delegação de prestação de serviços com 349 localidades na área de jurisdição de 322 municípios, onde atua nos serviços de abastecimento de água. Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, a Companhia possui a concessão em 220 municípios.

Em 2011, ocorreu a saída litigiosa do município de Uruguaiana, que optou pela licitação para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, resultando na operação por empresa privada, e do sistema de São Francisco de Paula, cuja operação está a cargo do município.

Apesar desta mudança que vem gradativamente ocorrendo, a CORSAN, pela logística dos serviços implementados no Estado, é a operadora que apresenta maior relevância no contexto estadual, abrangendo a maioria dos sistemas e possuindo grande capacidade de geração de economia em escala, com variáveis níveis de complexidade de operação pelos diferentes aspectos geográficos das regiões.

A política econômica de subsídio cruzado é o que viabiliza o equilíbrio e a manutenção do mercado. Este equilíbrio é necessário para o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente aquelas menos desenvolvidas economicamente.

No exercício de 2011, a política de gestão da Companhia voltou-se para a descentralização dos sistemas administrativos, operacionais e financeiros, sendo instaladas 10 superintendências nas regiões: Sul, Litoral, Metropolitana, Vale dos Sinos, Nordeste, Central, Pampa, Missões, Planalto e Fronteira. A divisão possibilitou o aumento da fiscalização das obras e investimentos, a qualificação da relação da Companhia com as administrações municipais, além de agilizar as soluções operacionais.

A Diretoria Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores foi desmembrada em duas diretorias, a Diretoria Administrativa e a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores.

Neste exercício, os serviços de abastecimento de água, prestados pela CORSAN, foram estendidos a 67.473 novas economias beneficiando aproximadamente 176 mil pessoas. O esgotamento sanitário teve um incremento de 10.772 novas economias, beneficiando aproximadamente 28 mil pessoas.

Variáveis Físicas e Financeiras	Unidade	2011	2010	%
Total Economias Água .....	ECO	2.371.484	2.344.690	1,1
Total Economias Esgoto .....	ECO	265.358	260.923	1,7
Empregados em Atividade .....	Pessoas	5.277	5.348	-1,3
Volume Disponibilizado .....	1.000m³	501.129	509.555	-1,7
Receita Operacional Líquida .....	R\$ milhares	1.558.910	1.576.992	-1,1
Custos dos Serviços .....	R\$ milhares	905.212	1.003.414	-9,8

Em prosseguimento ao desenvolvimento da gestão CORSAN, a Companhia incrementou uma sequência de ações voltadas às estratégias de inovação. Neste ano, com o intuito de reconhecimento de suas práticas de gestão, enfocou a participação no Prêmio IGS (Inovação da Gestão em Saneamento). A Inovação da Gestão em Saneamento é uma categoria de premiação do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento, PNQS, que visa disseminar boas Práticas de Gestão para o setor de saneamento, desenvolvidas pelas organizações do setor.

A CORSAN participou do Prêmio de Responsabilidade Social 2011, tendo recebido um certificado durante a cerimônia realizada no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa. Instituído pela lei estadual nº 11.440/2000, o Prêmio de Responsabilidade Social é promovido pelo Parlamento Gaúcho. A realização deste prêmio ocorre em parceria com entidades da Sociedade Civil representadas por uma Comissão Mista Organizadora. A Assembleia Legislativa objetiva com este prêmio incentivar, no âmbito das organizações riograndenses, a realização de projetos voltados para o bem-estar social e para a preservação do meio ambiente.

A CORSAN atua, também, em ações de caráter social impulsionadas pelo Governo do Estado nas instâncias do Processo de Consulta Popular, envolvendo a destinação dos recursos do orçamento público. Como parte da política de responsabilidade social corporativa, a Empresa apoiou campanhas e eventos de interesse público e incentivou a participação de seu quadro funcional em programas e projetos voltados às demandas comunitárias.

A CORSAN ocupa a 29ª posição na classificação das 50 maiores estatais por vendas, conforme a Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – p. 346 – julho 2011).

Referente aos números do setor de serviços, o indicador de rentabilidade está em 26,4%, colocando a Companhia em nível nacional no 8º lugar e em 3º lugar em nível estadual.

O indicador riqueza/empregado está em 112.127, ficando em 8º lugar no ranking de serviços de empresas nacionais e em 9º tratando-se de empresas de vários setores do Rio Grande do Sul, de acordo com a Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – p. 506 e 536 - Julho 2011).

O resultado do trabalho desenvolvido em conjunto com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS e o Ministério Público Estadual, vem de forma exitosa renovando os contratos de prestação de serviços com os municípios gaúchos, denominados Contratos de Programa, implementando, com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a gestão associada dos serviços de saneamento básico.

O Governo do Estado, através da CORSAN, deu continuidade às obras e projetos financiados nos exercícios anteriores. O PAC1, cujo início se deu no ano de 2007, encontra-se em andamento com valores totais na ordem de R\$ 808 milhões, sendo R\$ 721 milhões de repasse e R\$ 87 milhões de contrapartida (valores originais dos contratos).

Referente ao PAC2, em 2011 foi realizada a contratação de R\$ 20,9 milhões em Estudos e Projetos para Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário com recursos do OGU. Também foram contratados R\$ 387 milhões para investimentos em obras para Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário através dessa mesma fonte de recurso.

Programa	Origem do Recurso		
	Próprio	Terceiros	Totais
Abastecimento de Água .....	19.268.218	18.516.638	<b>37.784.857</b>
Esgotamento Sanitário .....	35.228.535	58.145.826	<b>93.374.362</b>
Desenvolvimento Comercial .....	4.114.649	-	<b>4.114.649</b>
Desenvolvimento Empresarial .....	2.643.731	-	<b>2.643.731</b>
Desenvolvimento Operacional .....	8.847.229	4.025.855	<b>12.873.083</b>
<b>Totais .....</b>	<b>70.102.362</b>	<b>80.688.319</b>	<b>150.790.682</b>

Ainda durante o exercício de 2011, foi dado início aos procedimentos necessários para contratação de R\$ 132 milhões em obras (PAC2 Grupo 1), bem como R\$ 235 milhões (PAC2 Grupo 3), ambos financiados pelo BNDES. Também foram iniciadas as tratativas para obtenção de R\$ 25 milhões em Estudos e Projetos através da CEF (PAC2 Grupo 2) e, ainda, R\$ 73 milhões em obras (PAC2 Grupo 3) com recursos do OGU. A contratação desses recursos está prevista para o ano de 2012.

Em cada obra em andamento é prevista a realização de trabalho socioambiental, no qual o valor do investimento é estabelecido contratualmente com percentual mínimo entre 1,0% e 3,0% dos recursos destinados ao projeto. O percentual é definido de acordo com o porte do investimento, considerando o impacto ambiental e social que o empreendimento provocará na região de abrangência do projeto. A ação deve fazer parte do plano de trabalho, do Quadro de Composição do Investimento – QCI e do cronograma físico financeiro do Termo de Compromisso ou do Contrato.

A política empresarial e as ações se consolidam nas relações institucionais, as quais contemplam o avanço contínuo na tecnologia e excelência dos serviços, bem como, na estrutura logística colocada à disposição da comunidade gaúcha. Neste sentido, foram implementadas ações visando à redução de gastos comerciais, tendo como meta a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da CORSAN, sujeito a legislação vigente e ao controle dos órgãos reguladores.

Para atendimento das metas estabelecidas pela Gestão, a política comercial está voltada para o controle e gerenciamento da inadimplência, redução da evasão de clientes para fontes alternativas de abastecimento, continuidade do Projeto de Computação Móvel CORSAN, através da implementação do Sistema Móvel de Cadastro, continuidade do Programa de Readequação do Subsídio Residencial Social para Famílias de Baixa Renda, continuidade do Programa de Otimização da Medição e atualização dos Indicadores de Eficiência Comercial.

No ano de 2011, atingiu-se o índice médio de hidrometração na Companhia, de 99,65%, através da instalação de medidores. Na gestão do capital humano, foi consolidada uma política de recursos humanos que contemplou a contratação de novos funcionários, desenvolvimento funcional, crescimento na carreira e desligamento voluntário.

O corpo de Gestores da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN agradece aos Acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS, aos Clientes dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, aos Empregados, aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela Excelência nos relacionamentos e nos êxitos obtidos no exercício findo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2011.

A Administração da CORSAN

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	ATIVO	
		2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		<b>364.393</b>	<b>298.151</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	76.665	33.396
Aplicações financeiras	5	16.923	23.136
Contas a receber de clientes	6	222.688	187.240
Estoques	7	34.431	37.805
Outros créditos	9	13.686	16.574
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.316.468</b>	<b>2.160.952</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>678.424</b>	<b>645.593</b>
Depósitos judiciais	20	156.369	126.902
Aplicações no caixa único do Estado		176	8.019
Ativos financeiros - contratos de concessão	10	393.852	368.890
Créditos fiscais diferidos	8	120.212	134.618
Outros créditos	9	7.815	7.164
<b>INVESTIMENTOS</b>	11	<b>811</b>	<b>811</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	12	<b>84.064</b>	<b>91.051</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	13	<b>1.553.169</b>	<b>1.423.497</b>
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>2.680.861</b>	<b>2.459.103</b>

## PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		<b>386.388</b>	<b>368.236</b>
Empréstimos e financiamentos	15	85.876	85.848
Fornecedores	16	87.487	113.836
Impostos e contribuições		33.204	25.899
Impostos e contribuições - parcelamentos	17	1.170	1.132
Dívidas com Fundação CORSAN	23.b	19.629	21.253
Ordenados, férias e encargos a pagar		42.361	35.281
Participação nos resultados		26.758	20.087
Dividendos e juros sobre o capital próprio		74.679	54.136
Outros débitos	18	15.224	10.764
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.200.246</b>	<b>1.341.229</b>
Empréstimos e financiamentos	15	311.578	338.058
Fornecedores	16	13.342	19.727
Impostos e contribuições - parcelamentos	17	390	1.509
Dívidas com Fundação CORSAN	23.b	131.399	139.131
Contratos de repasse do OGU	19	-	121.801
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	20	263.820	220.896
Provisão para benefício pós-emprego	21	467.649	492.274
Débitos fiscais diferidos	8	12.068	7.833
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.079.048</b>	<b>749.638</b>
Capital social		657.351	503.842
Reservas de capital		17.148	17.148
Reservas de lucros		313.288	153.399
Outros resultados abrangentes		91.261	75.249
Adiantamento para futuro aumento de capital		15.179	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL</b>	22	<b>1.094.227</b>	<b>749.638</b>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.680.861</b>	<b>2.459.103</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
		2011	2010
<b>RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS</b>	24	<b>1.558.910</b>	<b>1.576.992</b>
Custos das vendas, serviços e de construção	25	(905.212)	(1.003.414)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>653.698</b>	<b>573.578</b>
Despesas comerciais	25	(56.018)	(66.333)
Despesas administrativas	25	(270.425)	(213.881)
Outras receitas operacionais		2.413	2.516
Outras despesas operacionais		(5.793)	(4.836)
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	907
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	26	<b>4.938</b>	<b>(8.884)</b>
Receitas financeiras		74.901	57.236
Despesas financeiras		(69.963)	(66.120)
<b>LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA</b>	8.a	<b>328.813</b>	<b>283.067</b>
Contribuição social		(28.208)	(19.049)
Imposto de renda		(54.920)	(40.136)
Contribuição social diferida		1.968	(3.838)
Imposto de renda diferido		(16.373)	(22.351)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>231.280</b>	<b>197.693</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO - BÁSICO E DILUIDO - POR AÇÃO (em reais)</b>		<b>0,43521</b>	<b>0,48535</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
Receitas	1.689.883	1.682.952
Vendas de mercadorias e serviços	1.522.934	1.392.837
Receitas de construção	179.628	316.127
Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	(12.569)	(26.857)
Outras receitas	(110)	845
Insumos adquiridos de terceiros	(575.690)	(714.022)
Custos dos serviços	(478.784)	(604.199)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(98.140)	(109.386)
Outros	1.234	(437)
Valor adicionado bruto	1.114.193	968.930
Depreciação, amortização e exaustão	64.804	50.591
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.049.389	918.339
Valor adicionado recebido em transferência	77.319	59.698
Receitas financeiras	74.901	57.236
Equivalência patrimonial	-	907
Doações e subvenções	2.418	1.555
Valor adicionado total a distribuir	1.126.708	978.037
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	490.356	415.512
Remuneração	370.266	274.575
FGTS	20.548	16.918
Benefícios	89.496	82.610
Fundo de previdência	10.046	41.409
Impostos, taxas e contribuições	315.944	279.835
Federal	310.479	276.785
Estadual	4.374	2.333
Municipal	1.091	717
Remuneração de capitais de terceiros	89.128	84.997
Despesas financeiras	69.963	66.120
Aluguéis	19.165	18.877
Remuneração de capitais próprios	231.280	197.693
Juros sobre o capital próprio	38.886	48.702
Dividendos propostos	16.493	3.051
Lucros retidos	175.901	17.767
Compensação de prejuízos	-	128.173
Total do valor adicionado distribuído	1.126.708	978.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	328.813	283.067
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	64.804	50.591
Equivalência patrimonial	-	(907)
Baixa de intangível e imobilizado	1.658	116
Provisão para devedores duvidosos	12.569	26.828
Provisão para contingências	36.811	13.456
Provisão para benefício pós-emprego	(24.624)	(33.802)
Juros e variações monetárias	42.373	24.192
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(25.298)	(17.151)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(7.022)	(10.904)
Imposto de renda e contribuição social - pagos	(83.128)	(59.185)
Provisão para tributos diferidos	4.236	26.718
Lucro líquido ajustado	351.192	303.019
Variações no ativo:		
Aumento de contas a receber de usuários	(48.017)	(11.481)
Redução (aumento) de estoques	3.373	(2.013)
Aumento de depósitos judiciais	(29.467)	(1.719)
Redução de rendimentos SIAC	7.843	20.259
Redução (aumento) de outros créditos	8.888	(7.094)
Variações no passivo:		
Redução (aumento) de fornecedores	(35.414)	9.922
Aumento de impostos e contribuições	6.855	947
Redução de impostos e contribuições - parcelamentos	(1.151)	(15.384)
Redução de dívidas com Fundação CORSAN	(25.810)	(11.949)
Aumento de férias e encargos a pagar	132	3.073
Aumento de participação nos resultados	6.672	2.361
Aumento (redução) de outros débitos	11.493	(596)
Caixa líquido das atividades operacionais	256.589	289.345
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	6.213	(23.136)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(8.785)	(25.339)
Custos de construção - contratos de concessão	(172.606)	(305.223)
Outras aquisições/reclassificações intangível	18.745	-
Reinvestimento de dividendos propostos pela controlada	-	(298)
Caixa líquido das atividades de investimento	(156.433)	(353.996)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	43.337	76.045
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(112.140)	(84.661)
Contratos de repasse do OGU	46.887	66.042
Dividendos/Juros sobre o capital próprio - pagamento	(34.971)	(17.608)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(56.887)	39.818
Saldo de caixa e equivalentes de caixa incorporados	-	1.395
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	43.269	(23.438)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	76.665	33.396
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.396	56.834
Variação de caixa e equivalentes de caixa	43.269	(23.438)
Itens que não afetam caixa (Nota 2.1)		
Incorporação de contas a receber	-	1.042
Incorporação de estoques	-	1.472
Incorporação de outros créditos	-	444
Incorporação de imobilizado	-	8.935
Incorporação de passivos	-	(1.193)
Incorporação de impostos diferidos	-	(2.597)
Aumento de capital com créditos	153.509	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ADTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	
		CAPITAL SOCIAL	AUXÍLIOS PARA OBRAS	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	RESERVA LEGAL	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS
Saldos em 2009		503.842	9.262	7.886	18.592	78	106.471	85.740	(128.173)	603.698	-	603.698
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	(10.491)	10.491	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	197.693	197.693	-	197.693
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:												
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(48.702)	(48.702)	-	(48.702)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(3.051)	(3.051)	-	(3.051)
Constituição de reservas		-	-	-	9.885	-	18.373	-	(28.258)	-	-	-
Saldos em 2010		503.842	9.262	7.886	28.477	78	124.844	75.249	-	749.638	-	749.638
Integralização de capital	22.a	153.509	-	-	-	-	-	-	-	153.509	-	153.509
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.179	15.179
Reserva de reavaliação	22.c	-	-	-	-	-	-	16.012	(16.012)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	231.280	231.280	-	231.280
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:												
Juros sobre o capital próprio	22.d	-	-	-	-	-	-	-	(38.886)	(38.886)	-	(38.886)
Dividendos	22.d	-	-	-	-	-	-	-	(16.493)	(16.493)	-	(16.493)
Constituição de reservas	22.e	-	-	-	11.564	31	148.294	-	(159.889)	-	-	-
Saldos em 2011		657.351	9.262	7.886	40.041	109	273.138	91.261	-	1.079.048	15.179	1.094.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios que a Companhia conquistou e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficácia das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator

determinante.

Visa a sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos. Atua em 322 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 41 municípios com sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Na maioria dos municípios as operações decorrem de Contratos de Concessão. Atualmente há 222 contratos nesta modalidade, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Acerca dos Contratos de Concessão há 34 cujos prazos expiraram em 31 de dezembro de 2011, sendo que todos estão em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Concessão previstos na legislação específica. A Companhia não possui Contratos de Concessão que sejam onerosos.

### 2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A autorização para conclusão destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 12 de março de 2012.

#### Demonstrações financeiras consolidadas:

Em 29 de outubro de 2010, a controlada integral Companhia de Indústrias Eletroquímicas – CIEL foi incorporada pela CORSAN, consequentemente as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado de 2010 deixaram de ser apresentadas. A controladora e a controlada adotaram as mesmas práticas contábeis.

#### Reclassificação das demonstrações financeiras de 2010:

A Companhia passou a apresentar o imposto de renda e a contribuição diferida de forma líquida no balanço patrimonial. Desta



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

forma, o saldo de passivo diferido em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$186.270, apresentado para fins de comparação, foi reclassificado para o ativo.

### 2.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### 2.2) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

### 2.3) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia. Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

### 2.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado, é calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

### 2.5) Estoques

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação está pelo custo médio de aquisição que não excede o custo de realização. Provisão para perdas é registrada com base na expectativa de perda por avarias ou obsolescência.

### 2.6) Investimentos

A participação na empresa controlada foi avaliada pelo método de equivalência patrimonial, até a data da sua incorporação em 28 de outubro de 2010, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Os demais investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### 2.7) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios	25 anos
• Máquinas	10 anos
• Veículos	5 anos
• Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os juros e demais encargos financeiros, relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo de aquisição ou construção.

A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente. Em 31 de dezembro de 2011, revisou e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos.

### 2.8) Ativos intangíveis

#### Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS – AGERGS, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários durante o período de concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.13, e o valor do ativo financeiro – trazido a valor presente - referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nos quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2011, R\$393.852 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$368.890 em 2010). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

### 2.9) Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e 2010 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Companhia não realizou, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, operações com instrumentos derivativos.

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria a valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

#### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

#### Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### 2.10) Provisões

#### General

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 2.11) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 600 de 2009, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

### 2.12) Impostos

#### Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, em extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

#### Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

As vendas são apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

### 2.13) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### (i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

#### (ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico - financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas, conforme abaixo:

	2011	2010
Juros	3,14%	3,14%
Custos capitalizáveis (engenharia, supervisão de obras)	6,44%	6,44%
Materiais aplicados em obras	14,42%	14,42%
Serviços de engenharia contratados	2,22%	2,22%

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

#### (iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

### 2.14) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Os valores dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios propostos calculados na forma da lei.

### 2.15) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorrem nos exercícios apresentados. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

### 2.16) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há ativos e passivos que requereram o ajuste a valor presente, exceto o ajuste a valor presente dos ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos.

### 2.17) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### 2.18) Lucro líquido por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e consequentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

### 2.19) Programa de participação nos resultados - PPR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

### 2.20) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

## 3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

#### Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

As premissas utilizadas estão descritas na nota 21.

## 4. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2012 ou 2013. A Companhia não adotou antecipadamente estes pronunciamentos. Espera-se que tais pronunciamentos sejam avaliados e aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando então serão implementados pela Companhia, no que for aplicável. Segue abaixo a avaliação da Companhia destes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (revisado em 2011) – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo de acordo com o IAS 40. A Companhia não possui propriedades classificadas nesta categoria de ativos.
- IAS 19 Benefícios aos Empregados (revisado em 2011) – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. A Companhia está avaliando os requerimentos desta norma e não espera que esta alteração cause impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (revisado em 2011) – Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Não é aplicável à Companhia.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Não é aplicável à Companhia, uma vez que a Companhia não possui investimento compartilhado.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas - Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. A Companhia iniciará um processo de avaliação para identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, consequentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo: controle sobre a atividade relevante). A Companhia iniciará um processo de avaliação para identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.
- IFRS 11 Investimentos compartilhados ("joint arrangements") - Descreve a contabilização de investimentos com controle comum. Não é aplicável à Companhia considerando a inexistência de investimentos compartilhados.

- IFRS 12 Divulgações de investimentos em outras entidades – Não é aplicável à Companhia uma vez que a Companhia não mantém investimentos em outras entidades.
- IFRS 13 Mensuração do valor justo – Fornece novas orientações sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novos requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justos quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo. Com base nas avaliações preliminares não são esperados impactos relevantes às demonstrações financeiras, porém algumas divulgações adicionais poderão ser requeridas.

A partir de 1 de janeiro de 2011 passaram a vigor os seguintes pronunciamentos e interpretações: interpretações: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte Relacionada (revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. As adoções destes pronunciamentos e interpretações não impactaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa	-	3
Depósitos bancários	56.386	24.307
Aplicação de liquidez imediata	20.279	9.086
	<b>76.665</b>	<b>33.396</b>

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras, totalizam R\$16.923 em 31 de dezembro de 2011 (R\$23.136 em 2010) e referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 2010) do CDI, com liquidez diária.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2011	2010
Contas a receber vincendas		
Particular	113.024	101.380
Pública	4.181	4.190
Contas a receber vencidas		
Particular	47.064	37.153
Pública	56.005	37.631
Receitas a faturar	49.224	41.127
Total de contas a receber	269.498	221.481
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(46.810)	(34.241)
	<b>222.688</b>	<b>187.240</b>

Os valores de contas a receber vencidos estão compostos da seguinte forma:

	2011		2010	
	Particular	Pública	Particular	Pública
Contas a receber vencidas				
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	32.942	2.606	24.174	2.607
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	4.748	5.034	5.404	2.291
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	4.595	6.334	3.133	2.933
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	1.084	7.304	855	4.554
Créditos vencidos - mais de 360 dias	3.695	34.727	3.587	25.246
	<b>47.064</b>	<b>56.005</b>	<b>37.153</b>	<b>37.631</b>

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas.

A conta receitas a faturar se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.13).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	(34.241)	(7.413)
Adições	(12.586)	(27.219)
Reversões	17	391
Saldo no final do exercício	<b>(46.810)</b>	<b>(34.241)</b>

## 7. ESTOQUES

	2011	2010
Tubulações de água e esgoto	18.351	31.054
Materiais de tratamento/laboratório	7.943	1.528
Materiais diversos	8.137	5.223
	<b>34.431</b>	<b>37.805</b>

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto e aplicação em investimentos. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

## 8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	2011	2010
<b>Classificados no Ativo</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	120.212	134.618
<b>Classificados no Passivo</b>		
Pasep e Cofins diferidos	12.068	7.833

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32 vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

	2011	2010
Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	20.446
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	467.649	492.274
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	243.820	200.896
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46.810	34.241
Provisões para perdas - diversas	65.229	48.720
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	86.376	95.103
Reserva de reavaliação	(93.685)	(106.574)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(192.291)	(129.842)
Encargos financeiros capitalizados	(205.654)	(218.399)
Variação cambial tributada por regime de caixa	(53.303)	(66.874)
Outras provisões e diferenças temporárias	(11.386)	(13.745)
Total das diferenças temporárias	<b>353.565</b>	<b>335.800</b>
Alíquota vigente	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	<b>120.212</b>	<b>114.172</b>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - líquido	<b>120.212</b>	<b>134.618</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A CORSAN adotou o regime tributário de transição - RTT, instituído pela Medida Provisória 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09, anulando, assim, os efeitos tributários provenientes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09. Desta forma, manteve-se a não tributação dos valores de doações governamentais para investimentos.

### Conciliação alíquota efetiva

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	328.813	283.067
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(111.796)	(96.243)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Equivalência patrimonial	-	308
Diferenças permanentes referente a provisões indedutíveis	-	(6.800)
Juros sobre capital próprio	13.221	16.559
Incentivos fiscais	1.619	1.149
Outras diferenças permanentes	(576)	(347)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(97.533)	(85.374)
Corrente	(83.128)	(59.185)
Diferido	(14.405)	(26.189)
Alíquota efetiva	30%	30%

### b) COFINS e PASEP Diferidos

A Provisão para tributos diferidos de COFINS e PASEP é calculada com base no faturamento de órgãos públicos. Com base na legislação fiscal, tributos sobre faturamento a órgãos públicos são tributados quando do recebimento.

	2011		2010	
	COFINS	PASEP	COFINS	PASEP
Diferimento receita de órgãos públicos	3.081	669	1.882	408
RTT e Outros	6.834	1.484	4.554	989
Valor registrado no passivo	9.915	2.153	6.436	1.397
<b>Total COFINS e PASEP</b>	<b>12.068</b>		<b>7.833</b>	

### 9. OUTROS CRÉDITOS

	2011	2010
Depósitos bloqueados	2.608	2.115
Créditos com prefeituras municipais	4.012	4.369
Créditos de empregados	6.492	3.962
Parcelamentos de créditos de clientes	3.569	3.556
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.055	1.357
Valores a compensar	1.935	1.907
Créditos diversos	1.830	6.472
	21.501	23.738
Circulante	13.686	16.574
Não circulante	7.815	7.164

### 10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

	2011	2010
Ativos financeiros	718.453	718.788
( - ) Ajuste a valor presente	(324.601)	(349.898)
	393.852	368.890
Movimentação do ativo financeiro:		
	2011	2010
Saldo no início do exercício	368.890	718.788
Adições	25.297	-
Baixas	-	-
Reversão de AVP	-	(349.898)
Bens em comodato	(335)	-
Saldo no final do exercício	393.852	368.890

### Transferência de Bens e Serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$31.696 e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$8.620 (mesmo valor em 2010) e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01.

### 11. INVESTIMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 referem-se a investimentos mantidos ao custo, sendo inferior aos montantes esperados de realização. A Companhia era controladora integral da Companhia de Indústrias Eletroquímicas – CIEL.

No dia 28 de outubro de 2010, foi realizada a Incorporação, pela CORSAN, desta subsidiária integral. O investimento foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial até a sua incorporação, gerando um efeito ao resultado de 2010 de R\$907.

### 12. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de Esgoto	Bens de Uso Geral	Obras em Andamento	Total do Imobilizado
Saldos em 2010	22.190	260.839	147	283.176
Adições	-	8.915	(129)	8.785
Baixas	-	(11)	-	(11)
Transferências	-	(4.425)	5	(4.420)
Reclassificações	-	-	-	-
<b>Saldos em 2011</b>	<b>22.190</b>	<b>265.318</b>	<b>23</b>	<b>287.531</b>
Depreciação				
Saldos em 2010	(13.522)	(178.603)	-	(192.125)
Depreciações	(886)	(10.456)	-	(11.342)
<b>Saldos em 2011</b>	<b>(14.408)</b>	<b>(189.059)</b>	<b>-</b>	<b>(203.467)</b>
<b>Saldos Líquidos em 2010</b>	<b>8.668</b>	<b>82.236</b>	<b>147</b>	<b>91.051</b>
<b>Saldos Líquidos em 2011</b>	<b>7.782</b>	<b>76.259</b>	<b>23</b>	<b>84.064</b>

Sob a rubrica "sistemas de esgotos" são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

### 13. ATIVO INTANGÍVEL

CUSTO	Sistemas de Abastecimento de Água	Sistemas de Esgoto	Bens de Uso Geral	Obras em Andamento	Total do Intangível
Saldo em 2010	525.850	350.676	66.993	606.312	1.549.831
Adições / Margem	7.103	953	5.145	167.572	180.774
Baixas	(86)	-	(8)	(1.552)	(1.647)
Transferências	7.861	7.940	4.531	(16.036)	4.296
<b>Saldo em 2011</b>	<b>540.728</b>	<b>359.569</b>	<b>76.661</b>	<b>756.297</b>	<b>1.733.255</b>
AMORTIZAÇÃO					
Saldo em 2010	(65.751)	(31.748)	(28.835)	-	(126.335)
Amortização	(36.075)	(13.223)	(4.453)	-	(53.751)
<b>Saldo em 2011</b>	<b>(101.826)</b>	<b>(44.971)</b>	<b>(33.288)</b>	<b>-</b>	<b>(180.086)</b>
<b>Saldo Líquido em 2010</b>	<b>460.099</b>	<b>318.928</b>	<b>38.158</b>	<b>606.312</b>	<b>1.423.497</b>
<b>Saldo Líquido em 2011</b>	<b>438.902</b>	<b>314.598</b>	<b>43.373</b>	<b>756.297</b>	<b>1.553.169</b>

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados imóveis e equipamentos necessários, à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública.

### 14. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os seus ativos.

### 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juros anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				2011	2010	2011	2010
Banco do Brasil	TR	7,44%	31/03/14	40.860	38.952	51.075	87.642
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	8.364	964	101.258	71.846
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	7.988	6.860	54.753	54.715
Caixa Econômica Federal				21.808	37.801	81.600	96.563
Caixa Econômica Federal	UPR*	6,08%**	17/02/30	8.944	21.048	59.417	55.464
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR*	8,27%**	28/12/15	12.864	16.753	22.183	41.099
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16	620	997	748	1.345
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR*	6,00%	06/05/30	146	146	1.039	1.080
Prefeitura Municipal de Osório	UPR*	6,00%	04/08/30	5.829	-	17.977	22.697
Prefeitura Municipal de Torres	UPR*	6,00%	05/04/28	261	128	3.128	2.170
				<b>85.876</b>	<b>85.848</b>	<b>311.578</b>	<b>338.058</b>

\*UPR – Unidade Padrão de Referência: mesmo índice utilizado pela Caixa Econômica Federal para atualização do FGTS (TR).  
\*\*Ponderada.

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Os contratos da Companhia não tem cláusulas financeiras restritivas ("covenants").

O montante do passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2013	81.155
2014	37.906
2015	23.632
2016	22.015
2017	21.962
Após 2017	124.908
	311.578

### 16. FORNECEDORES

	2011	2010
Fornecedores de materiais e serviços	77.619	105.478
Parcelamento - DMAE	9.575	13.110
Parcelamento - Fundação (Nota 23.c)	13.635	14.975
	100.829	133.563
Circulante	87.487	113.836
Não circulante	13.342	19.727

O parcelamento com o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) refere-se à compra de água bruta para os Municípios de Eldorado do Sul e Viçosa.

Em 31 de dezembro de 2011, o montante dos compromissos com fornecedores não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2013	8.177
2014	3.262
2015	1.903
	13.342

### 17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - PARCELAMENTOS

Imposto ou contribuição	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				2011	2010	2011	2010
PASEP		SELIC	31/10/10	1	1	-	-
INSS	UFIR	1% a.m	20/04/13	1.169	1.131	390	1.509
				<b>1.170</b>	<b>1.132</b>	<b>390</b>	<b>1.509</b>

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos com impostos e contribuições apresentados no passivo não circulante vencem no ano de 2013.

### 18. OUTROS DÉBITOS

	2011	2010
Consignações a recolher	3.798	3.330
Depósitos e retenções contratuais	2.817	2.093
Custo regulação AGERGS	312	95
Provisão para fornecedores a pagar	6.638	2.988
Outras contas a pagar	1.659	2.258
	15.224	10.764

### 19. CONTRATOS DE REPASSE DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO – OGU

Foram assinados contratos de repasse entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, o Estado do Rio Grande do Sul, cuja operacionalização se deu por intermédio da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, e a CORSAN, que têm por finalidade a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de diversas localidades do Estado do Rio Grande do Sul. A CORSAN, na qualidade de interveniente executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida de cada contrato. Os valores serão transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação e montam R\$243.484. Será alocado pela Companhia o valor de R\$42.089 a título de contrapartida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 foram repassados os valores de R\$46.887, R\$66.042 e R\$55.579, respectivamente, representando um repasse total acumulado de R\$168.688 (R\$121.801 em 2010).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Município	Valor contratado		Valor repassado em 2011	Valor repassado em 2010	Valor repassado em 2009
	Repasso	Contrapartida			
Alvorada/Viamão	91.035	16.065	17.601	20.701	22.351
Cachoeirinha	491	130	156	54	-
Campo Bom	570	151	257	70	-
Canela	388	103	48	24	-
Canoas	34.170	6.030	4.478	16.216	12.230
Canoas - Projetos	910	241	204	363	-
Carazinho	4.449	500	2.203	59	977
Estância Velha	332	89	163	21	-
Esteio/Sapucaia do Sul	89.930	15.870	19.974	27.005	19.109
Gramado	206	55	65	13	-
Gravatá	760	201	302	186	-
Igrejinha	301	80	95	19	-
Nova Santa Rita	285	76	34	119	-
Parobé	293	78	130	36	-
Portão	190	51	24	120	-
Riozinho	166	45	71	36	-
São Francisco de Paula	253	68	81	28	-
São Gabriel	4.449	500	-	-	1.092
Sapiranga	253	68	135	43	-
Taquara	443	118	141	28	-
Três Coroas	261	70	130	33	-
Uruguaiana	8.900	1.000	-	-	-
Venâncio Aires	4.449	500	595	868	-
	243.484	42.089	46.887	66.042	55.759

Em 28 de dezembro de 2011, o Estado do Rio Grande do Sul, aprovou a utilização do saldo acumulado de repasses, no valor de R\$153.509, para integralização de capital da Companhia. Também aprovou a destinação de R\$15.179 para a rubrica de adiantamentos para futuros aumentos de capital.

### 20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cívicos e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cívicos e trabalhista é composta como segue:

	Saldo em 2010	Adições	Pagamentos/Reversões	Despesas financeiras	Saldo em 2011
	Trabalhistas	121.504	137.602	(99.855)	3.811
Cívicos e fiscais	99.392	51.942	(52.877)	2.301	100.758
	220.896	189.544	(152.732)	6.112	263.820
(-) Depósitos judiciais	(126.902)	(127.662)	98.195	-	(156.369)
	93.994	61.882	(54.537)	6.112	107.451

  

	Saldo em 2009	Adições	Pagamentos/Reversões	Despesas financeiras	Saldo em 2010
	Trabalhistas	135.390	103.715	(121.303)	3.702
Cívicos e fiscais	72.043	42.771	(18.016)	2.594	99.392
	207.433	146.486	(139.319)	6.296	220.896
(-) Depósitos judiciais	(148.617)	(57.329)	79.044	-	(126.902)
	58.816	89.157	(60.275)	6.296	93.994

As principais contingências provisionadas são:

#### Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2011, R\$46.141 (R\$25.292 em 2010).

b) Outras reclamações trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.027 ações. Em 31 de dezembro de 2011 a provisão referente a outras reclamações trabalhistas totaliza R\$116.921 (R\$96.212 em 2010).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$54.098 em 31 de dezembro de 2011 (R\$58.031 em 2010).

#### Ações cívicas e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira/Andrade Gutierrez - Em setembro de 2009, foi contabilizada provisão no valor de R\$18.589, referente a processo de execução de sentença promovida em face da sentença proferida no feito 026/1.03.0001236-1 - ENC Empreiteira de Obras Ltda. versus CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. Todas as decisões proferidas foram desfavoráveis à Construtora Andrade Gutierrez S/A, que foi condenada a ressarcir a referida demandante, sendo que a CORSAN deverá efetuar esse ressarcimento, em face da denunciação da lide proposta pela Construtora Andrade Gutierrez S/A. Foi depositado judicialmente em 01 de outubro de 2009 para viabilizar a impugnação dos cálculos da exequente pela CORSAN, o montante de R\$31.041, salientando que apenas por cautela efetuou o depósito em valor muito superior ao que a Companhia entende como devido, objetivando estancar a fluência dos juros moratórios e correção monetária. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantém provisão de R\$32.947 (R\$31.041 em 2010).

b) Outras reclamações - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 952 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$67.811 (R\$68.351 em 2010).

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cívicas e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$130.291 em 31 de dezembro de 2011 (R\$164.284 em 2010). Dessas ações, existem 2.373 ações ajuizadas pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Rio Grande e Passo Fundo, que montam R\$75.070 (R\$66.089 em 2010).

### 21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	2011	2010
Plano de benefício definido	291.752	320.669
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	62.086	57.988
Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"	113.811	113.617
	467.649	492.274

#### a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD nº 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo):

	2011	2010
(1) Obrigações atuariais	1.255.727	944.859
(2) Valor justo dos ativos do plano	(694.393)	(612.289)
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	561.334	332.570
(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	(118.554)	148.483
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4)	442.780	481.053
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	(151.028)	(160.384)
(7) Passivo atuarial provisionado (5+6)	291.752	320.669

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2011 e 2010 foi a seguinte:

	2011	2010
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	481.053	532.149
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	12.962	10.273
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(51.235)	(61.369)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	442.780	481.053

A origem da despesa reconhecida durante os anos de 2011 e 2010 é explicada no quadro a seguir:

	2011	2010
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	16.143	14.687
(2) Contribuições esperadas de participantes	(29.312)	(29.177)
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	93.420	86.655
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(63.914)	(55.562)
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	(3.375)	(6.330)
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	12.962	10.273

Política contábil para reconhecimento dos ganhos/perdas atuariais: os estudos atuariais apontam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem se concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. A essas diferenças dá-se o nome de ganho ou perda atuarial.

#### b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS. A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 8,9% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN.

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

	2011	2010
(1) Obrigações atuariais	72.859	58.849
(2) Valor justo dos ativos do plano	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	72.859	58.849
(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	(10.773)	(861)
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4)	62.086	57.988
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	-	-
(7) Passivo atuarial provisionado	62.086	57.988

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2011 e 2010 foi a seguinte:

	2011	2010
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	57.988	54.732
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	6.024	5.636
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(1.926)	(2.380)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	62.086	57.988

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2011 assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2012 são explicadas no quadro a seguir:

	2012	2011	2010
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	1.979	116	111
(2) Contribuições esperadas de participantes	-	-	-
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	7.530	5.908	5.525
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	-	-	-
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	317	-	-
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	9.826	6.024	5.636

#### c) Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"

A CORSAN assegura um benefício de suplementação provisória de proventos aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2011 - 2012.

Para o recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

##### c.1) Indenização de pagamento único

- Aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 30 de abril de 2012;

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;

- Possuir mais de 10 anos de vínculo empregatício com a CORSAN no período anterior a 01 de maio de 2011;

O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$ 220.000, conforme segue:

- 54 anos: 21 remunerações base;
- 55/56 anos: 19 remunerações base;
- 57/58 anos: 17 remunerações base;
- 59/60 anos: 10 remunerações base;
- 61 anos ou mais: 5 remunerações base.

##### c.2) Indenização mensal

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;

- Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;

- Estar vinculado a FUNCORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;

- Estar desligado da CORSAN.

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

	2011	2010
(1) Obrigações atuariais	381.827	112.200
(2) Valor justo dos ativos do plano	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	381.827	112.200
(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	(184.417)	1.417
(5) Custo do Serviço Passado não reconhecidos	(83.599)	-
(6) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4+5)	113.811	113.617
(7) Contratos de débitos do empregador com o plano	-	-
(8) Passivo/(ativo) atuarial provisionado	113.811	113.617

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2010 e 2011 foi a seguinte:

	2011	2010
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	113.617	111.528
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	11.337	11.258
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(11.143)	(9.169)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	113.811	113.617

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2011 assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2012 são explicadas no quadro a seguir:

	2012	2011
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	12.858	306
(2) Contribuições esperadas de participantes	-	-
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	35.157	11.031
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	-	-
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	96.893	-
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	144.908	11.337



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	2011	2010
Taxa de desconto atuarial - real	5,50% a.a.	6,00% a.a.
Taxa de desconto atuarial - nominal	10,78% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - real	6,40% a.a.	6,00% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - nominal	11,72% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de crescimento salarial - nominal*	7,10% a.a.	6,08% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios - nominal	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação projetada	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Fator de capacidade	98,00%	100,00%

\*O crescimento salarial é projetado de forma linear até a idade de 54 anos, conforme identificado nos estudos sobre a adequação de premissas realizado durante o ano de 2009.

Demográficas	2011	2010
Tábua de mortalidade geral	AT 83 male	AT 83 male
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 male	AT 49 male
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de rotatividade	Não aplicado	Não aplicado
Entrada em aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade
Composição familiar	Família Média, conforme descrito na nota (a)	Experiência FUNCORSAN

(a) 90% de casados, com diferença de idade entre titular e cônjuge de 1 ano e 1 filho temporário até 24 anos.

### 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 28 de dezembro de 2011, com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$153.509, mediante a emissão de 124.100.896 ações nominativas, sendo 62.050.448 ordinárias e 62.050.448 preferenciais. O aumento foi subscrito e integralizado pelo Estado do Rio Grande do Sul, com base em créditos detidos pelo mesmo relativamente a repasses do Orçamento Geral da União – OGU (Nota 19). Com base neste aumento o capital social da Companhia passou a ser R\$657.351 (R\$503.842 em 2010), estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do RS	265.709.454	265.709.454	531.418.908	99,99999247298	99,99999247298	99,99999247298
Pref. Mun. de Estrela	5	5	10	0,00000188175	0,00000188175	0,00000188175
Pref. Mun. de Carazinho	3	3	6	0,00000112905	0,00000112905	0,00000112905
Pref. Mun. de São Marcos	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Pref. Mun. de Muçum	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Pref. Mun. de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Pref. Mun. de Lajeado	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Pref. Mun. de Quaraí	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Pref. Mun. de Cerro Largo	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
	<b>265.709.474</b>	<b>265.709.474</b>	<b>531.418.948</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>

Em 26 de dezembro de 2011, foram transferidas 34.338.000 ações preferenciais nominativas de emissão da CORSAN, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A – CADIP para o Estado do Rio Grande do Sul.

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

#### b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

#### c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2011 monta a R\$91.261 (R\$75.249 em 2010).

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes".

O valor realizado contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$2.427, líquido dos efeitos tributários. A Companhia revisou os valores realizados durante os exercícios de 2009 e 2010 e identificou o montante de R\$18.439, líquido dos efeitos tributários, realizado a maior. Este montante foi transferido da conta de lucros acumulados para lucros abrangentes.

#### d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, conforme se demonstra a seguir:

Lucro Líquido do exercício de 2011	231.280
( - ) Reserva Legal 5%	(11.564)
Base de cálculo para Dividendos	<u>219.716</u>

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são:

Dividendos Obrigatórios	Número de ações	Dividendo proposto	Dividendo por ação
Ações Ordinárias	265.709.474	26.157	0,09844
Ações Preferenciais	265.709.474	28.772	0,10828
	<u>531.418.948</u>	<u>54.929</u>	

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no exercício de 2011 o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$38.886 (R\$48.702 em 2010), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda retido totalizou R\$450, sendo ele relativo à participação mantida pelo acionista Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A – CADIP. O Estado do Rio Grande do Sul é isento da tributação do IRRF.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios líquido do Imposto de renda retido na fonte (IRRF), cujo demonstrativo dos dividendos propostos evidencia-se no quadro a seguir:

Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	Total Dividendos	JSCP - valor líquido	Dividendos propostos (R\$)
Ações Ordinárias	26.157	19.218	6.939
Ações Preferenciais	28.772	19.218	9.554
	<u>54.929</u>	<u>38.436</u>	<u>16.493</u>

#### e) Reservas de lucros

##### Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

##### Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

##### Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembleia Geral, a destinação do montante de R\$166.733 para

constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

### 23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

#### a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

	2011	2010
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	38.374	15.745
Aplicações no caixa único do Estado	176	8.019
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(58.187)	(46.588)
Juros sobre o capital próprio a pagar para a CADIP	-	(4.496)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	(16.492)	(2.025)
Dividendos propostos a pagar para a CADIP	-	(1.026)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual.

Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia recebeu do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$13.402, referente a rendimentos das aplicações efetuadas no caixa único do estado.

#### b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

##### b.1) Contratos de dívidas

Contratos	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante		
				2011	2010	2011	2010	
Contrato 1298		INPC	6% a.a.	31/03/18	<b>2.621</b>	2.689	<b>11.073</b>	12.076
Contrato 042001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI		12% a.a.	31/01/11	-	1.468	-	-
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI		6% a.a.	21/12/20	<b>13.925</b>	13.151	<b>83.840</b>	86.763
Contrato 122005		(*)		01/12/18	<b>3.083</b>	3.945	<b>36.486</b>	40.292
					<b>19.629</b>	21.253	<b>131.399</b>	139.131

(\*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2011, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2013	18.780
2014	18.780
2015	18.780
2016	18.780
2017	18.780
Acima de 2017	37.499
	<u>131.399</u>

##### b.2) Contas a pagar – Fundação CORSAN

O valor referente à compra do imóvel objeto do Instrumento Particular FC 070/2010, está registrado na rubrica fornecedores (vide nota 16), no montante de R\$13.635, o qual está sendo pago em 60 parcelas mensais, até julho de 2015, acrescidas de juros compensatórios de 7,5%, calculados pela Tabela Price, atualizados monetariamente de acordo com a variação acumulada do INPC/IBGE.

#### c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2011 é de R\$3.245 (R\$2.976 em 2010).

### 24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Serviços de abastecimento de água	<b>1.441.991</b>	1.317.078
Serviços de esgoto	<b>79.952</b>	73.556
Receita de vendas	<b>272</b>	51
Outras receitas de serviços prestados	<b>719</b>	2.152
Receitas de construção	<b>179.628</b>	316.127
Impostos e devoluções s/ receita serviços	<b>(143.652)</b>	(131.972)
	<b>1.558.910</b>	1.576.992

### 25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	2011	2010
Pessoal	<b>546.306</b>	511.356
Materiais	<b>78.568</b>	80.788
Energia elétrica	<b>129.406</b>	121.498
Serviços de terceiros	<b>127.096</b>	132.328
Gerais	<b>77.971</b>	76.612
Depreciações e amortizações	<b>64.804</b>	50.591
Provisões	<b>34.898</b>	4.951
Custos de construção	<b>172.606</b>	305.504
Outras receitas/despesas operacionais	<b>3.380</b>	1.413
	<b>1.235.035</b>	1.285.041
Classificados como:		
Custos dos serviços	<b>905.212</b>	1.003.414
Despesas comerciais	<b>56.018</b>	66.333
Despesas administrativas	<b>270.425</b>	213.881
Outras receitas/despesas operacionais	<b>3.380</b>	1.413
	<b>1.235.035</b>	1.285.041

### 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2011	2010
<b>Receitas financeiras</b>	<b>74.901</b>	57.236
Acréscimos por inadimplementos	<b>19.824</b>	18.097
Variações monetárias ativas	<b>14.638</b>	5.490
Receitas financeiras pela realização de AVP	<b>25.297</b>	17.151
Variações cambiais ativas	<b>9.756</b>	13.340
Outras receitas financeiras	<b>5.386</b>	3.158
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(69.963)</b>	(66.120)
Juros e taxas sobre financiamentos internos	<b>(15.497)</b>	(24.192)
Juros e taxas sobre outras obrigações	<b>(15.021)</b>	(11.621)
Variações monetárias passivas	<b>(23.012)</b>	(21.531)
Variações cambiais passivas	<b>(16.433)</b>	(8.776)
Resultado financeiro líquido	<b>4.938</b>	(8.884)

### 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posi-

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ções financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

### a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores.
  - **Aplicações Financeiras** - referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 31 de dezembro de 2010) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez diária.
  - **Contas a receber** – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa.
  - **Contas a pagar** - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.
  - **Empréstimos e financiamentos** – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.
- Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na Nota 2.9.

### b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

### c) Gerenciamento de Riscos

*Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia*

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

#### a) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

#### b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber

e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	91.665	150.367	176.292	418.324

#### c) Risco de mercado:

**Risco da taxa de juros:** Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

**Risco de taxas de câmbio:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

#### Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2012 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2011	(perdas) / ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(225.091)	(21.753)	(18.127)	(27.191)	(33.989)	(40.786)
Empréstimos	TJLP	(109.622)	(5.262)	(4.385)	(6.577)	(8.222)	(9.866)
Empréstimos	US Dólar	(62.741)	13.367	21.596	1.023	(14.407)	(29.836)
		(397.454)	(13.648)	(917)	(32.745)	(56.617)	(80.489)
Indexador	TR / UPR		9,66	8,05	12,08 *	15,10	18,12
	TJLP		4,80	4,00	6,00 **	7,50	9,00
	US Dólar	1,84	1,45	1,21	1,81 ***	2,26	2,72

Fontes:

\* Portal Brasil

\*\* BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

\*\*\* Focus - Relatório de Mercado

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2011.

**Arnaldo Luiz Dutra**  
Diretor Presidente  
CPF nº 344.285.850-04

**Eduardo Antônio Peters**  
Diretor Financeiro e de  
Relações com Investidores  
CPF nº 406.611.130-00

**André Passos Cordeiro**  
Diretor Administrativo  
CPF nº 509.848.100-72

**Ricardo Röver Machado**  
Diretor de Operações  
CPF nº 414.061.500-10

**Alexandre Vilmar Jacoby Stolte**  
Diretor de Expansão  
CPF nº 467.415.770-68

**Júlio César Riemenschneider de Quadros**  
Diretor Comercial  
CPF nº 423.567.500-10

**Rogério Moacir Santiago dos Santos**  
Diretor Técnico  
CPF nº 212.989.200-00

**Ivan Edenio de Andrade**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/RS nº 044547/O-6  
CPF nº 453.273.190-91

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 12 de março de 2012.

**ERNST & YOUNG TERCO**

Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6/FRS

Luis Carlos de Souza  
Contador CRC-1SC021585/O-4/S/RS

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificado que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2011, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2012, contempla o pagamento sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Os dividendos propostos de R\$ 54.929 mil, que deduzido o valor de R\$ 38.436 mil, correspondente ao valor de juros sobre o capital próprio, já líquido de imposto de renda retido na fonte, corresponde a uma proposta de dividendos de R\$ 16.493 mil, assim demonstrada por ação, R\$ 0,09844 por ação ordinária e R\$ 0,10828 por ação preferencial. Os dividendos, a forma acima identificados, deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social, conforme disposição legal contida na Lei 6404/76. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa ERNST & YOUNG TERCO e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal delibera favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN. Porto Alegre, 15 de março de 2012. Roque José Coimbra Werlang, Samir Cubal, Sedinei Zen."

ROQUE JOSÉ COIMBRA WERLANG

SAMIR CUBAL

SEDINEI ZEN

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e onze, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 19 de março de 2012.

**MARCEL MARTINS FRISON**  
Presidente do Conselho

**ARNALDO LUIZ DUTRA**  
Conselheiro

**CELSO ALBERICI**  
Conselheiro

**VERA MARIA SPOLIDORO DE CUADRADO**  
Conselheira

**NEY DA SILVA PADILHA**  
Conselheiro



ISO 9001:2008  
FS 513963

"Contabilização e Elaboração das Demonstrações Contábeis da CORSAN"